

Interpretações da história inglesa moderna ao longo dos séculos

XVII-XVIII

*Arlando Palassi Filho\**

**Resumo**

O objetivo deste artigo é traçar um breve balanço da historiografia inglesa surgida entre o final do século XVII e XVIII. Para isso, procuramos apresentar uma sucinta evolução da historiografia anglicana, oferecendo uma visão abrangente acerca das diferentes interpretações dessa escrita histórica moderna, enfatizando algumas produções que tiveram como objeto de estudo a história da Inglaterra pré-setecentista.

**Palavras-chaves:** Historiografia inglesa; História da Inglaterra; Idade Moderna.

**Abstract**

The aim of this paper is to make a brief account of English historiography that emerged between the end of the seventeenth and eighteenth centuries. For this, we seek to present a succinct evolution of Anglican historiography, offering a comprehensive view of the different interpretations of modern historical writing, emphasizing some productions that had as their object of study the history of pre-17th century England.

**Keywords:** English Historiography; History of England; Modernity.

**Introdução**

Desde o século XVII, a interpretação da história da Inglaterra vem se renovando à medida em que surgem novas indagações e dúvidas apresentadas a partir das transformações sociais e políticas britânicas, dando azo à construção de diferentes explicações históricas. Tanto os pensadores anglicanos do século XVIII quanto a geração do final do século anterior buscaram elucidar questões relacionadas à crise ocorrida na Inglaterra no século XVII. Guerra Civil, revolução, execução do rei, diminuição dos poderes monárquico e da Igreja constituíram fenômenos político-sociais que careciam de melhores explicações de suas causas e significados. Pensadores e historiadores britânicos procuraram fornecer essas respostas. De um modo geral, as diferentes explicações que eles ofereceram refletiram, além das visões sobre a história, política e moral, as mudanças verificadas no cenário político inglês.

---

\* Possui graduação em Administração pela Universidade de Vila Velha - UVV (1983), em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (1984) e em História pela Universidade Norte do Paraná - UNOP AR (2014). Mestre em Sociologia Política pela Universidade de Vila Velha - UVV (2016). Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2021), área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Nos séculos XVII e XVIII, a história na Inglaterra tornou-se inseparavelmente ligada aos embates político-partidários dos *whigs* e *tories*, que criaram versões do passado inglês para servir como instrumentos de propaganda política. Essas facções também procuraram dar uma justificativa histórica para a resistência ao governo de Jaime II durante os eventos de 1688. Grosso modo, os historiadores *whigs* enalteciam a revolução e o progresso; os historiadores *tories* adotavam a perspectiva conservadora valorizando a ordem e o continuísmo político. Os *whigs* estavam identificados com a mudança política e com o Parlamento; os *tories* estavam ao lado da monarquia e da Igreja Anglicana, e muitas vezes atacavam os católicos e calvinistas e defendiam o Estado absolutista. Os *whigs* exaltavam as liberdades civis e condenavam a opressão e o arbítrio, considerando a Revolução Gloriosa como um ato de resistência à tirania; os *tories* salientavam a perversão da liberdade e os perigos da revolução. Os *whigs* prenunciavam uma conspiração papista contra os direitos, liberdade e propriedade dos indivíduos; os *tories* vislumbravam tentativas de minar as instituições da ordem, como a Igreja e o Estado. Os *whigs* evocavam a teoria da antiguidade da constituição inglesa e o direito de resistência à tirania; os *tories* adotavam a crença do direito divino, da obediência passiva e da ilegalidade do direito de resistência.

O século XVII inglês presenciou um progressivo interesse pela história, motivado principalmente por intelectuais *whigs* que promoveram investigações históricas objetivando encontrar precedentes que pudessem empregar contra a monarquia. De acordo com Ujaldón<sup>1</sup>, o novo regime político instituído pós-1688 necessitava legitimar-se e encontrar respostas adequadas para as numerosas tensões decorrentes da falta de uma constituição escrita, o que levou os *whigs* a recorrer à história medieval da Inglaterra para fundamentar a ideia do constitucionalismo antigo e a de que a liberdade era intrínseca ao cidadão inglês, sendo um direito anterior à Revolução Gloriosa. Esses trabalhos contribuíram em parte para delinear e aprimorar a escrita histórica inglesa, que, lentamente, foi abandonando a crônica e incorporando elementos da prosa literária e da argumentação política. Gradualmente se percebeu que algumas decisões estatais poderiam ser tomadas a partir do estudo do passado, servindo este como um guia para capacitar os políticos, evitando assim os erros cometidos por partidários da realeza durante os conflitos setecentistas.

---

<sup>1</sup> UJALDÓN, Enrique. Introducción. In: HUME, David. *Sobre el estudio de la historia y los Apéndices de la Historia de Inglaterra*. Madrid: Minerva Ediciones/Biblioteca Nueva, 2010, p. 21-22.

## A história da Inglaterra na modernidade e o paradigma da Revolução Inglesa

Desde o final do século XVII, historiadores britânicos procuraram pensar a história da Inglaterra como um meio de promover a compreensão e a educação da elite política, auxiliando seus membros a adquirir maior capacidade para a vida pública. Edward Hyde, conde de Clarendon, por exemplo, iniciou sua *History of the Rebellion and Civil Wars in England* (1702-1704) com esse objetivo<sup>2</sup>, mas utilizou também seu escrito como um propósito político monarquista, sendo por isso reconhecido como o primeiro historiador britânico manifestamente *tory*<sup>3</sup>. Como Maquiavel, Clarendon escreveu sua *História* para enfatizar as causas da rebelião e evitar a repetição desse evento, instruindo o rei e seus conselheiros sobre o que aconteceu de “errado”<sup>4</sup> na política inglesa<sup>5</sup>. Apesar de a ter escrito entre as décadas de 1640 e 1670<sup>6</sup>, a *History* de Clarendon só foi publicada entre os anos 1702-1704, em um momento em que os conservadores estavam politicamente enfraquecidos<sup>7</sup>. Sua obra sofreu influência de Tucídides, sendo também o autor um partícipe e testemunha da Guerra Civil<sup>8</sup>, fornecendo por isso um relato abrangente do conflito britânico. Além de seu profundo conhecimento da guerra e suas implicações, Clarendon arrolou alguns defeitos psicológicos da natureza humana que poderiam ter contribuído para o insucesso da monarquia, como a fraqueza, a vaidade, a ilusão, o irracionalismo e a falta de visão<sup>9</sup>. O autor identifica ainda as divisões de classe e seu reflexo na Guerra Civil inglesa, percebendo que “os homens possuidores de nova riqueza estavam atacando a classe dominante estabelecida”<sup>10</sup>. Não obstante a profunda percepção social e psicológica do conflito, a escrita histórica de Clarendon flutuou entre o moderno e o providencial<sup>11</sup>, já que ele considerava que a história recente da Inglaterra resultava de um trabalho de Deus propalado por agentes humanos visando punir o mal e recompensar o bem,

---

<sup>2</sup> MARSHALL, Ashley. *Swift and History: Politics and the English Past*. Cambridge (UK): Cambridge, 2015, p. 34.

<sup>3</sup> RABB, Theodore. Clarendon: Historian of the English Civil War. *The Washington Post*, 3 apr 1988, p. 1. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/archive/entertainment/books/1988/04/03/clarendon-historian-of-the-english-civil-war/8eaec57-f2c5-49c7-a284-8a3bff8513eb/?noredirect=on&utm\\_term=.d3eeb167902f](https://www.washingtonpost.com/archive/entertainment/books/1988/04/03/clarendon-historian-of-the-english-civil-war/8eaec57-f2c5-49c7-a284-8a3bff8513eb/?noredirect=on&utm_term=.d3eeb167902f)>. Acesso em: 19/02/2021.

<sup>4</sup> Todas as traduções constantes no presente artigo, salvo indicação diferente, são de minha autoria.

<sup>5</sup> FINLAYSON, Michael. Clarendon, providence and the historical Revolution. *Albion: Quarterly Journal Concerned with British Studies*, v. 22, n. 4, 1990, p. 620.

<sup>6</sup> A *History of the Rebellion and Civil Wars in England* foi escrita nos períodos de exílio de Edward Hyde (1609-1674), conde de Clarendon: uma parte foi minutada entre os anos 1646-1648 e o restante entre os anos 1668-1671: FIRTH, C. H. Clarendon's 'History of the Rebellion': Part I, The Original History. *The English Historical Review*, v. XIX, issue LXXIII, 1, jan. 1904, p. 26. Clarendon serviu como Lorde Chancellor, entre os anos 1658-1667, durante o reinado de Carlos II.

<sup>7</sup> RICHARDSON, Roger Charles. *The Debate on the English Revolution*. Manchester (UK): Manchester University Press, 1998, p. 40.

<sup>8</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 57.

<sup>9</sup> MACGILLIVRAY, Royce. *Restoration Historians and the English Civil War*. The Hague (Netherlands): Martinus Nijhoff, 1974, p. 199 e 200.

<sup>10</sup> HILL, John Edward Christopher. *Puritanism and Revolution: Studies in Interpretation of the English Revolution of the 17th Century*. New York: St. Martin's Press, 1997, p. 188.

<sup>11</sup> FINLAYSON, Michael. Clarendon, providence and the historical Revolution. *Albion: Quarterly Journal Concerned with British Studies*, v. 22, n. 4, 1990, p. 630.

sendo a rebelião para ele o resultado de uma falha moral que terminou com a intervenção de Deus por meio da Restauração da monarquia inglesa, em 1660<sup>12</sup>. E apesar da abundância de dados históricos incorporados a sua obra, Clarendon não avançou muito quanto aos modelos históricos já existentes e em relação aos historiadores que o precederam<sup>13</sup>. Ademais, a *History* de Clarendon trata apenas de duas ou três décadas da história inglesa e a Guerra Civil representa apenas uma parte dessa história.

No final do século XVII, o trabalho de Robert Brady dominou o cenário historiográfico inglês, sendo sua principal obra, *A Complete History of England* (1685), direcionada especialmente contra os *whigs*. Para dar uma resposta à altura aos adversários da monarquia, Brady produziu uma escrita histórica que combinava o estilo das crônicas e anais medievais com o antiquarismo<sup>14</sup>. Além de inserir em seu livro um vasto número de documentos históricos de natureza majoritariamente legal, tornando por vezes sua narrativa essencialmente seca e enfadonha, Brady utilizou ferramentas da moderna historiografia, como catálogo de autores, notas de rodapé, apêndices e índices, separando “[...] seus próprios pontos de vista da narrativa, introduzindo cada seção com algo como um resumo legal”<sup>15</sup>. Brady investigou tanto questões filológicas como legais, pois como lembra John Pocock<sup>16</sup>, nos séculos XVII e XVIII, para escrever a história da Inglaterra era necessário interpretar sua lei, pois à época essa nação era muito mais uma expressão legal do que propriamente geográfica, havendo por isso uma peculiar e íntima conexão entre a história e o pensamento jurídico e político inglês.

Contudo, a *História* de Brady procurou o afastamento de argumentos jurídicos na análise histórica da Inglaterra, evitando o debate sobre o absolutismo para explicar não a soberania da tradição, mas da história, assumindo desse modo um realismo histórico<sup>17</sup>. A finalidade da *História* de Brady era demolir a tese em voga na Inglaterra, no século XVII, denominada *Ancient Constitution*<sup>18</sup>, utilizada à época pelos *whigs* para se opor à prerrogativa real, e que foi inicialmente

<sup>12</sup> O termo *Restauração* é usado para descrever o movimento político que restituiu o regime monárquico na Inglaterra, em 1660, após o período republicano conhecido como Protetorado (1653 a 1659). A *Restauração* foi marcada pelo retorno ao poder de um membro da dinastia Stuart, Carlos II, filho do rei decapitado, Carlos I.

<sup>13</sup> MACGILLIVRAY, Royce. *Restoration Historians and the English Civil War*. The Hague (Netherlands): Martinus Nijhoff, 1974, p. 224.

<sup>14</sup> MAUAD, Ana Maria; GRINBERG, Lucia. *Teoria da História*, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010, p. 12. De acordo com Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg, o “Antiquarismo foi um movimento característico dos séculos XVI e XVII voltado para a composição de coleções de documentos e objetos antigos. O papel do movimento antiquário foi fundamental para a definição das regras de certificação da veracidade dos documentos, ajudando a consolidar a noção de documento histórico como prova”.

<sup>15</sup> LEVINE, Joseph M. *The battle of the books: History and Literature in the Augustan Age*. Ithaca (New York/London): Cornell University Press, 1991, p. 319-320.

<sup>16</sup> POCOCK, John Greville Agard. Robert Brady, 1627-1700. A Cambridge Historian of the Restoration. *Cambridge Historical Journal*, Cambridge University Press, v. 10, n. 2, 1951, p. 186.

<sup>17</sup> ROSE, Jacqueline. Robert Brady's intellectual history and royalist antipopy in Restoration England. *The English Historical Review*, Oxford University Press, v. 122, n. 499, dec., 2007, p. 1291.

<sup>18</sup> POCOCK, John Greville Agard. *La Ancient Constitution y el derecho feudal*. Madrid: Editorial Tecnos, 2011, *passim*.

formulada pelo político e jurista Edward Coke, defensor da chamada *lei fundamental de caráter imemorial*. De acordo com essa visão, o *common law* era o único sistema jurídico pactuado na Inglaterra, e por isso os Stuart não tinham o poder absoluto de revogar as leis e suprimir as liberdades concedidas pelos reis desde a medievalidade. Segundo Pocock<sup>19</sup>, os *whigs* tinham levado essa teoria até um ponto em que se negava qualquer ação humana ou delimitação temporal<sup>20</sup> na feitura dessa lei para que não houvesse sua sujeição ao poder do monarca. Para os *whigs* o contrato original<sup>21</sup> era um fenômeno estritamente histórico, regularmente renovável, e que a Revolução Gloriosa tinha sido um movimento de autodefesa do povo inglês contra os atos arbitrários de Jaime II<sup>22</sup>.

Apoiando-se nos trabalhos de Henry Spelman (*Glossarium Archaiologicum*) e Robert Filmer (*Patriarcha, or The Natural Power of Kings*)<sup>23</sup>, Brady concluiu que após a conquista de Guilherme I, em 1066, a terra foi mantida e administrada por nobres de linhagem normanda, que exerciam domínio sob o monarca, tendo sido esses homens, e não os ingleses (anglo-saxões), que se levantaram contra o rei exigindo liberdades. Para Brady, foi o próprio rei que cedeu parte de seus poderes, não decorrendo tais liberdades das leis saxônicas, mas das normandas, não havendo nada em comum entre essas normas e o sistema legal vigente na Inglaterra no século XVII<sup>24</sup>. Brady também demonstrou que foi Guilherme I quem regulamentou a posse da terra na Inglaterra e estipulou o dever aos senhores de se assentar no Conselho<sup>25</sup>, que era originalmente um simples tribunal composto por senhores que prestavam serviços ao rei de acordo com o direito feudal. Revelou

---

<sup>19</sup> POCOCK, John Greville Agard. Robert Brady, 1627-1700. A Cambridge Historian of the Restoration. *Cambridge Historical Journal*, Cambridge University Press, v. 10, n. 2, 1951, p. 189.

<sup>20</sup> Até então prevalecia a ideia de que a origem do constitucionalismo antigo remontava à Magna Carta de 1215, tendo se consolidado durante o século XVII em decorrência principalmente da Petição de Direitos (*Petition of Rights*) de 1628 e dos sistemas políticos estabelecidos na Inglaterra pós-eventos de 1642-1649 e 1688-1689.

<sup>21</sup> KENYON, John Philipps. *Revolution principles: the politics of party, 1689-1720*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1977, p. 40. De acordo com John Philipps Kenyon, à época, havia em relação ao chamado *contrato original* uma certa relutância por parte dos ingleses em aceitar uma tese que só poderia ser provada por meio de inferências ou suposições.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>23</sup> Na obra *Glossarium Archaiologicum* (1663), Henry Spelman investigou com profundidade o sistema feudal na Inglaterra. Já Robert Filmer, no livro *Patriarcha, or The Natural Power of Kings* (1680), defendeu a ideia de que a soberania absoluta do rei provinha de Adão, o primeiro homem e também o primeiro soberano, asseverando que, no período medieval, o rei era quem legislava, não havendo à época a chamada soberania popular.

<sup>24</sup> POCOCK, John Greville Agard. Robert Brady, 1627-1700. A Cambridge Historian of the Restoration. *Cambridge Historical Journal*, Cambridge University Press, v. 10, n. 2, 1951, p. 191.

<sup>25</sup> A partir do ano 1295, esse Conselho passou a se chamar Parlamento.

ainda que os privilégios e liberdade do povo não proviam de qualquer pacto acordado entre o rei e as pessoas *comuns*<sup>26</sup>, mas resultavam de uma concessão do monarca, que relaxou a lei feudal<sup>27</sup>.

Apesar do engajamento político de Brady que assumiu a causa dos Stuart ao refutar a tese *whig* da *Ancient Constitution*, impedindo-o de construir uma obra magnânima, foi ele um importante historiador não só por sua inovação em relação à interpretação histórica da Inglaterra, contribuindo sobretudo “[...] para a racionalização do pensamento inglês”, mas por ter levado “[...] o método histórico inglês do período medieval para o período moderno”<sup>28</sup>, não obstante ter sido ele formado em medicina e, à época, ocupar os cargos de médico real e professor de física em Cambridge. Todavia, a *História* de Brady exhibe muito mais do caráter eclesiástico do que propriamente neoclássico, visto que, além do seu propósito polêmico, tinha também pretensões espirituais: conduzir seus leitores para o plano divino e converter os católicos ao protestantismo, completando e perpetuando assim os ideais da Reforma. Além do mais, Brady não finalizou sua obra, já que após a eclosão da Revolução Gloriosa (1688-1689) ele voltou para Cambridge e não teve mais o entusiasmo, nem o patrocínio da Coroa, para prosseguir em seu intento de escrever uma “história completa” da Inglaterra<sup>29</sup>.

Após a publicação do livro de Brady, seus oponentes *whigs* se sentiram compelidos a oferecer uma refutação consistente tanto do ponto de vista filológico quanto documental. Assim, historiadores *whigs* procuraram construir uma justificação histórica para a existência do sistema político pós-1688<sup>30</sup> que garantia direitos aos ingleses e limitava o poder do rei, baseada no constitucionalismo antigo, demonstrando que as liberdades do povo não eram meras concessões dos reis. Um dos historiadores *whigs* que se dispôs a contrapor Brady foi James Tyrrell, um amigo e colaborador de John Locke<sup>31</sup>, que escreveu a obra *The General History of England, both Ecclesiastical and Civil* em 5 volumes e a publicou entre os anos 1700-1704. Além de criticar Brady por diminuir

<sup>26</sup> Na Inglaterra moderna, os “comuns” – burgueses, nobres sem títulos e brasões, artesãos, trabalhadores autônomos, camponeses, criados e outros membros das camadas desfavorecidas da população –, também conhecidos como plebeus, eram aqueles indivíduos que careciam de qualquer *status* social significativo, não pertencentes aos estamentos superiores (aristocracia e clero). O termo “comuns” (*commons* em inglês), derivado do latim “comuna” e incorporado ao léxico inglês após a conquista normanda da Inglaterra no século XI, evoluiu para o sentido de um conjunto de pessoas dos estratos inferiores pertencentes às comunidades do reino.

<sup>27</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 86-87.

<sup>28</sup> POCOCK, John Greville Agard. Robert Brady, 1627-1700. A Cambridge Historian of the Restoration. *Cambridge Historical Journal*, Cambridge University Press, v. 10, n. 2, 1951, p. 191 e 186.

<sup>29</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 84, 91 e 93.

<sup>30</sup> POCOCK, John Greville Agard. *El momento maquiavélico*. El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Madrid: Tecnos, 2016, p. 443-486. Conforme Pocock, a ideia da constituição equilibrada, com o poder compartilhado entre o rei, os nobres e os *comuns*, era essencialmente republicana, e naquele período era uma ideia que era cada vez mais considerada.

<sup>31</sup> LEVINE, Joseph M. *The battle of the books: History and Literature in the Augustan Age*. Ithaca (New York/London): Cornell University Press, 1991, p. 319.

o sistema político misto da Inglaterra comparando-o ao absolutismo francês, Tyrrell alegou que eruditos amigos do rei, como Brady, empregavam a tese da conquista do território inglês nos séculos IX e XI a fim de conferir ao rei um poder absoluto para revogar todas as leis e escravizar o povo inglês. Tyrrell sustentou em sua *História* que o antigo governo inglês, cuja constituição tinha para ele origem gótica<sup>32</sup>, não era despótico, mas uma monarquia com limitação do poder. Para o historiador *whig*, as invasões dos nórdicos e normandas não foram realmente conquistas, mas aquisições obtidas por príncipes por meio de convenções acordadas entre eles e o povo inglês, estando ambas as partes obrigadas a juramentos solenes para exercerem suas parcelas do acordo. Segundo Tyrrell, ao contrário do afirmado pelos *tories*, as chamadas conquistas não ofereciam fundamento para o absolutismo, mas revelavam a verdadeira natureza da constituição inglesa: seu caráter contratual, posto derivar de um pacto firmado entre o rei e o povo, preservando assim as liberdades. Tyrrell também alegou que os reis saxões desfrutavam de menos prerrogativas do que os monarcas ingleses do período moderno, havendo desde àquela época limitação do poder real, não estando o Conselho subordinado ao rei, podendo inclusive depô-lo caso ele se tornasse tirânico<sup>33</sup>.

Além disso, Tyrrell também combinou elementos da historiografia moderna com a antiquária, mas, como Brady, fez exagerado uso de citações e digressões que acabaram por quebrar sua narrativa e seus argumentos. De acordo com Philip Hicks<sup>34</sup>, sua *História* reveste-se de algumas características neoclássicas, sendo um dos seus propósitos entrever e instruir os leitores com a verdade sobre o passado inglês. Entretanto, como seu rival *tory*, Tyrrell se rendeu ao providencial buscando explicações em causas por demais longínquas, muitas delas irreconstruíveis. Além de limitar sua obra com uma visão *whig* anacrônica e uma escrita não refinada<sup>35</sup>, demonstrando pouco esmero quanto ao estilo, Tyrrell também não conseguiu finalizar sua *História*, deixando inconcluso seu projeto de rebater cabalmente seus adversários.

Outra tentativa de se publicar uma história completa da Inglaterra partiu de um grupo de livreiros londrinos que reuniu em uma obra textos de autores como Francis Bacon, John Milton, Samuel Daniel e outros, tendo sido atribuído ao historiador e antiquário White Kennett a

---

<sup>32</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *História Medieval do Ocidente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 110. Como assinala Daniela Buono Calainho, o termo “gótico” foi empregado pela primeira vez pelo arquiteto e pintor italiano Giorgio Vasari, no século XVI, para designar um tipo de estética do medievo, mas tinha também “[...] conotação negativa, significando ‘bárbaro’, ‘grosseiro’, tal qual a concepção pejorativa da Idade Média característica do Renascimento europeu”.

<sup>33</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 94.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>35</sup> LEVINE, Joseph M. *The battle of the books: History and Literature in the Augustan Age*. Ithaca (New York/London): Cornell University Press, 1991, p. 323.

formulação do prefácio e do terceiro capítulo, cobrindo o século XVII<sup>36</sup>. Essa obra foi publicada, em 1706, com o título *A complete History of England*. No prefácio desse livro, Kennett reafirma a ideia tradicional de que a história é necessária à educação da elite inglesa por ensinar a origem de seus direitos civis e políticos<sup>37</sup>. Mas apesar de ter sido acusado de *whig*, Kennett não apresenta em seu texto ideias liberais, como a defesa das liberdades e dos direitos naturais, nem adere à doutrina da soberania popular, encobrindo as questões políticas polêmicas<sup>38</sup>. Bispo da Igreja Anglicana, Kennett era um clérigo ortodoxo comprometido com a divulgação do cristianismo conservador. Sua narrativa estava enredada com os ideários da Igreja e a defesa da ordem e da autoridade do Estado. Sua história é extremamente factual e cronológica, com citações frequentes do livro de Clarendon<sup>39</sup>. Segundo Philip Hicks<sup>40</sup>, um terço do seu trabalho consistiu de citações de textos de outros autores, tendo ele inserido ainda informações eclesiásticas desconexas e confusas.

Laurence Echard foi outro historiador eclesiástico que escreveu uma história completa da Inglaterra. Entre os anos de 1707-1720, publicou sua principal obra em quatro volumes – *The History of England: from the first entrance of Julius Caesar and the Romans to the end of the reign of King James the first containing the space of 1678 years* –, abarcando desde o período da invasão romana na Inglaterra até o final do reinado de Jaime I. Apesar de bispo da Igreja Anglicana e provavelmente um simpatizante do *toryismo*<sup>41,42</sup>, Echard criticou o sistema político-partidário inglês considerando-o um

<sup>36</sup> O'BRIEN, Karen. The history market in Eighteenth-century England. In: RIVERS, Isabel (ed.). *Books and Their Readers in Eighteenth-century England: New Essays*. London/New York: Continuum, 2001, p. 111.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 112.

<sup>38</sup> OKIE, Laird. *Augustan Historical Writing: Histories of England in the English Enlightenment*. Lanham, Maryland: University Press of America, 1991, p. 39.

<sup>39</sup> RICHARDSON, Roger Charles. *The Debate on the English Revolution*. Manchester (UK): Manchester University Press, 1998, p. 44.

<sup>40</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 114.

<sup>41</sup> OKIE, Laird. *Augustan Historical Writing: Histories of England in the English Enlightenment*. Lanham, Maryland: University Press of America, 1991, p. 39; GUNN, John Alexander Wilson. *Beyond Liberty and Property: The Process of Self-Recognition in Eighteenth-Century Political Thought*. Kingston/Montreal (Canada): McGill-Queen's University Press, 1983, p. 146; RICHARDSON, Roger Charles. *The Debate on the English Revolution*. Manchester (UK): Manchester University Press, 1998, p. 44; ROMMELSE, Gijs. *Ideology and Foreign Policy in Early Modern Europe (1650-1750)*. Farnham (UK): Ashgate, 2011, p. 71-73.

<sup>42</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 104-105; STEPHAN, Deborah. Laurence Echard – Whig Historian. *The Historical Journal*, Cambridge University Press, v. 32, issue 04, dec. 1989, p. 843- 866; GUNN, John Alexander Wilson. *Beyond Liberty and Property: The Process of Self-Recognition in Eighteenth-Century Political Thought*. Kingston/Montreal (Canada): McGill-Queen's University Press, 1983, p. 146; ROMMELSE, Gijs. *Ideology and Foreign Policy in Early Modern Europe (1650-1750)*. Farnham (UK): Ashgate, 2011, p. 71-73. Philip Hicks e Deborah Stephan, entretanto, consideram Echard um historiador *whig*. P. Hicks registra que, apesar de Echard ter criticado os *whigs* durante a Crise de Exclusão (1679-1683), ele era um defensor da Revolução Gloriosa, tendo inclusive dedicado o primeiro volume de sua obra ao duque de Ormonde, um dos comandantes da tropa de Guilherme de Orange na invasão da Inglaterra em 1688. Apesar disso, segundo John A. W. Gunn, não parece que Echard tenha se desviado significativamente da ortodoxia anglicana nem que tenha deixado de apoiar a monarquia e a doutrina da obediência passiva. Gijs Rommelse também rechaça as alegações de que Echard tenha sido um historiador *whig*, até mesmo porque os volumes dois e três de sua obra foram dedicados ao monarca Jorge I, e, apesar de o duque de Ormonde ter acompanhado o grupo de Guilherme III, ele era um admirador dos *tories*, tendo inclusive participado de um ministério *tory* em 1711.



inimigo da verdade histórica<sup>43</sup>. Demais disso, Echard acreditava que a origem do governo, da lei e da língua inglesa não decorriam da conquista normanda, como julgava Brady, mas da saxônica. Entretanto, Echard não teve o propósito de debater minuciosamente essa polêmica questão, visto não ter aprofundado muito seus estudos sobre a medievalidade inglesa, tendo dedicado apenas um volume de sua obra para averiguar os períodos Antigo e Médio, destinando os três outros fascículos à análise da história moderna da Inglaterra.

A despeito de ter sido o primeiro trabalho relativamente completo sobre a história da Inglaterra, sua obra é limitada do ponto de vista histórico<sup>44</sup>, dada principalmente à dificuldade que o autor encontrou em pesquisar o passado inglês de forma independente sem dispor de muitos meios materiais, especialmente bibliográficos e arquivísticos, para levar a cabo tamanha empreitada. No entanto, durante a primeira quadra do século XVIII, seu trabalho foi visto na Inglaterra como um modelo de historiografia. Assim como os historiadores que o precederam, Echard inseriu demasiadamente em seu texto documentos históricos prejudicando a narrativa, além de perder o controle desses relatos quando sua história se aproximava do tempo presente<sup>45</sup>. Além de conservar a tradição da historiografia renascentista<sup>46</sup>, sua *História* também teve conotação espiritual, já que sua “[...] principal preocupação era traçar e elogiar a sobrevivência do anglicanismo contra seus múltiplos inimigos no século XVII – católicos, puritanos, dissidentes”<sup>47</sup>. De novo, faltava aos leitores ingleses uma história da Inglaterra redigida por um historiador laico e independente.

Vale lembrar que no século XVIII, a história ainda não era considerada uma ciência, estando atrelada à literatura ou à filosofia. Além de não ter se estabelecido ainda como ciência autônoma, a história não era uma disciplina obrigatória nas principais universidades inglesas. Sem o *status* de uma disciplina universitária e sem uma instituição para apoiar uma carreira profissional de historiador, o operador da história muitas vezes dependia dos favores da Coroa, da Igreja ou das facções partidárias. Além disso, algumas universidades inglesas como Oxford estavam vinculadas à Igreja Anglicana e ofereciam cursos na qual a história da Inglaterra, ensinada muitas vezes na disciplina de anglo-saxão, eram ministradas por professores *tories*. Esse fato tornou o programa de história de Oxford desacreditado, especialmente depois da ascensão dos Hanover em 1714. Assim, tinha-se à época uma crise da história inglesa ocasionada principalmente pelo descrédito do programa de história de Oxford e pela necessidade de se estabelecer um novo tipo

---

<sup>43</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 104.

<sup>44</sup> Philip Hicks (1996, p. 103) explica que o próprio Echard reconhecia a deficiência de sua *História*, “[...] admitindo que seu trabalho não era nem ‘perfeito’ nem ‘acabado’ nem ‘completo’”.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 106.

<sup>46</sup> OKIE, Laird. *Augustan Historical Writing: Histories of England in the English Enlightenment*. Lanham, Maryland: University Press of America, 1991, p. 39.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 104.

de história da Inglaterra pós-revolucionária<sup>48</sup>. Até então a história da Inglaterra não tratava, via de regra, da sociedade inglesa: era quase sempre uma história dos reinos ingleses. Além disso, havia a necessidade de uma história isenta de qualquer facciosismo que não fosse elaborada por um membro de partido ou integrante do poder, mas por alguém que tivesse um certo distanciamento das instituições tradicionais inglesas como a Coroa, o Parlamento e a Igreja. Para os homens de letras da Grã-Bretanha, o partidarismo tornava impossível a reconstrução de uma história da Inglaterra independente<sup>49</sup>.

Até meados do século XVIII, a *Histoire d'Angleterre* (1724-1727) de Paul de Rapin de Thoyras foi considerada a mais imparcial<sup>50</sup> das histórias da Inglaterra, já que escrita por um estrangeiro cujo objetivo era explicar para o público europeu a história e o sistema político inglês<sup>51</sup>, estando o autor supostamente desatrelado do conflito partidário britânico<sup>52</sup>. Entretanto, Rapin, um historiador huguenote francês que se refugiou na Holanda e na Inglaterra após a revogação do Edito de Nantes, em 1685, manteve estreitas ligações com os exiliados *whigs* em Haia nos anos que precederam à Revolução Gloriosa, tendo acompanhado Guilherme de Orange na invasão da Inglaterra em 1688<sup>53</sup>. Rapin também dedicou sua obra, de oito volumes, a Jorge I, o primeiro rei hanoveriano, patrono dos *whigs*<sup>54</sup>.

A obra de Rapin foi vista como a primeira interpretação *whig* sistematizada da história da Inglaterra, sendo seu livro elogiado até mesmo por *tories*, por seu equilíbrio e sensatez<sup>55</sup>. Sua factualidade e aparente neutralidade encantaram os leitores ingleses acostumados com as distorções e digressões da história partidarizada<sup>56,57</sup>. Após a sua tradução para o inglês, em 1725, Rapin tornou-se o historiador mais influente e o mais lido da Inglaterra<sup>58</sup>, apesar de seu principal propósito com a *Histoire* ter sido mostrar ao público europeu os benefícios da liberdade, que ele associava à

<sup>48</sup> SULLIVAN, M. G. Rapin, Hume and the identity of the historian in eighteenth century England. *History of European Ideas*, St Andrews Institute of Intellectual History Lectures, v. 28, 2002, p. 147-148.

<sup>49</sup> FORBES, Duncan. *Hume's philosophical politics*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1975, 233.

<sup>50</sup> TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. A Huguenot Historian: Paul Rapin. In: SCOULOUDI, Irene. *Huguenots in Britain and Their French Background 1550-1800*. Contributions to the Historical Conference of the Huguenot Society of London, 24-25 September 1985. London: Macmillan, 1987, p. 14-15. Conforme Hugh Trevor-Roper, Voltaire considerava a obra de Rapin uma história completa e imparcial da Inglaterra.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>52</sup> FORBES, Duncan. *Hume's philosophical politics*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1975, 233.

<sup>53</sup> DEW, Benjamin Richard. An Economic Turn?: Commerce and Finance in the Historical Writing of Paul de Rapin Thoyras, William Guthrie and David Hume. In: DEW, Ben; PRICE, Fiona (eds.). *Historical Writing in Britain, 1688-1830*. New York: Palgrave Macmillan, 2014, p. 83.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 5 e 14.

<sup>56</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 148.

<sup>57</sup> SULLIVAN, M. G. Rapin, Hume and the identity of the historian in eighteenth century England. *History of European Ideas*, St Andrews Institute of Intellectual History Lectures, v. 28, 2002, p. 150. M. G. Sullivan assinala que *Histoire d'Angleterre* de Rapin foi um presente para os livreiros ingleses porque fora escrita originalmente em francês por um escritor já falecido, não estando assim sujeita ao pagamento dos direitos autorais.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 147.

soberania do povo e ao poder do Parlamento inglês. Pretendia irradiar pela Europa, e em especial pela França, os direitos de liberdades política, econômica, civil e sobretudo religiosa, que protegia os protestantes contra os abusos de reis com vocação absolutista como os Stuart e Bourbon<sup>59</sup>. Sua defesa das liberdades inglesas baseava-se essencialmente em argumentos factuais e jurídicos.

Para Rapin, as instituições políticas inglesas tinham evoluído desde os tempos das invasões saxônicas nos séculos V e VI, permanecendo intactos os valores centrais da constituição antiga. Segundo o autor, a constituição mista e o Parlamento não eram instituições inglesas recentes, mas um legado dos saxões que trouxeram esse modelo do Norte da Europa. O sistema constitucional saxão consistia basicamente no amparo das prerrogativas do rei e dos direitos e garantias do povo<sup>60</sup>. E esses preceitos fundamentais foram incorporados pelos normandos, se mantendo no ordenamento jurídico inglês até o século XVIII. Conforme o autor, Guilherme de Orange e os hanoverianos seriam os guardiões dessa constituição antiga, sendo o sistema constitucional implantado em 1688 o mesmo que os saxões haviam trazido da Germânia durante a Alta Idade Média<sup>61</sup>. Por isso, era vedado ao rei alterar leis deliberadas anteriormente mediante o consentimento do povo e do monarca, bem como criar ou aumentar tributos sem prévia autorização do Parlamento.

Por outro lado, ao censurar as extravagantes fortunas dos monarcas, Rapin procurou demonstrar o efeito deletério da suntuosidade real para a sociedade, pois essas ostentações geravam conflitos no Parlamento diante da necessidade da Coroa em obter continuamente empréstimos e gerar taxas extras para cobrir suas despesas. Assim, o historiador francês manifestava sua preocupação com o modo pelo qual o soberano lidava com as questões financeiras e comerciais perante o Parlamento, podendo essas matérias levar ao sucesso do governo real ou ao seu fracasso de acordo com o tratamento dado pelo rei aos direitos e liberdades dos *commons*. O escritor huguenote considerava os reinos de Jaime I e de Carlos I como exemplos de excesso de poder atribuído à monarquia e o de Elizabeth I como demonstração das vantagens dos ideários *whigs* de governo com liberdade<sup>62</sup>. Para ele, quando as prerrogativas dos reis e liberdades aos *commons* são asseguradas, a nação prospera; quando há desequilíbrios entre esses elementos, dá-se a turbulência.

---

<sup>59</sup> DEW, Benjamin Richard. An Economic Turn?: Commerce and Finance in the Historical Writing of Paul de Rapin Thoyras, William Guthrie and David Hume. In: DEW, Ben; PRICE, Fiona (eds.). *Historical Writing in Britain, 1688-1830*. New York: Palgrave Macmillan, 2014, p. 77.

<sup>60</sup> SULLIVAN, M. G. Rapin, Hume and the identity of the historian in eighteenth century England. *History of European Ideas*, St Andrews Institute of Intellectual History Lectures, v. 28, 2002. p. 149.

<sup>61</sup> TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. A Huguenot Historian: Paul Rapin. In: SCOULOUDI, Irene. *Huguenots in Britain and Their French Background 1550-1800*. Contributions to the Historical Conference of the Huguenot Society of London, 24-25 September 1985. London: Macmillan, 1987, p. 14-16.

<sup>62</sup> DEW, Benjamin Richard. An Economic Turn?: Commerce and Finance in the Historical Writing of Paul de Rapin Thoyras, William Guthrie and David Hume. In: DEW, Ben; PRICE, Fiona (eds.). *Historical Writing in Britain, 1688-1830*. New York: Palgrave Macmillan, 2014, p. 77-79.

Desse modo, sua *Histoire* foi construída para demonstrar que o sistema político pós-1688, com constituição mista, constitui parte de um padrão histórico nutrido pelo desejo do povo de liberdade. O esquema traçado por Rapin em sua *Histoire* não era original, mas era mais simples e mais compreensível, utilizando classificações e vocabulários políticos pós-revolucionários<sup>63</sup>. Além de fornecer ao público informações de cunho histórico, seu propósito também era descrever os argumentos construídos por ambos os lados das facções inglesas sem favorecer explicitamente uma das partes, permitindo aos leitores tirar suas próprias conclusões.

Mas assim como os historiadores anteriores, Rapin inseriu em sua obra grande quantidade de documentos históricos quebrando o fluxo de sua narrativa<sup>64</sup>. Seu livro ainda contém interrupções que tratam de temas constitucionais e explanações apoiadas em fatos desconexos que prejudicam sua narrativa. Apesar de sensato e moderado, Rapin não possuía qualificações para escrever uma história neoclássica, tendo apenas interpretado e sistematizado a história da Inglaterra que ele havia lido anteriormente, consolidando as explicações *whigs* dessa história<sup>65</sup>. Por isso ele seguiu os passos dos historiadores ingleses eclesiásticos, em especial Echard<sup>66</sup>.

Ademais, a *Histoire* de Rapin ainda tinha um viés literário e partidário, defendendo a continuidade de um sistema constitucional através dos séculos. O que para David Hume<sup>67</sup> era um absurdo, pois segundo ele não havia existido, até então, somente uma constituição inglesa, mas várias que foram se alterando no tempo. Pois a história para o iluminista escocês era mudança, transformação, melhoria e “[...] não a teimosa defesa de uma herança imutável da Idade das Trevas”<sup>68</sup>. De acordo com Hume, não só os Stuart eram déspotas e arbitrários, mas também os monarcas que os precederam, sendo a história inglesa uma história de opressão e servidão, havendo somente a verdadeira liberdade na Inglaterra após a Revolução Gloriosa. Portanto, para David Hume, a liberdade era um direito novo e “[...] não o restabelecimento de uma antiga tradição e forma de governo; então não se pode argumentar que os Stuart teriam tentado destruí-la”, até

<sup>63</sup> SULLIVAN, M. G. Rapin, Hume and the identity of the historian in eighteenth century England. *History of European Ideas*, St Andrews Institute of Intellectual History Lectures, v. 28, 2002. p. 150.

<sup>64</sup> FORBES, Duncan. *Hume's philosophical politics*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1975, p. 224.

<sup>65</sup> TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. A Huguenot Historian: Paul Rapin. In: SCOULOUDI, Irene. *Huguenots in Britain and Their French Background 1550-1800*. Contributions to the Historical Conference of the Huguenot Society of London, 24-25 September 1985. London: Macmillan, 1987, p. 15.

<sup>66</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 149.

<sup>67</sup> Apesar de mais conhecido no meio acadêmico como filósofo empirista, o pensador iluminista escocês David Hume produziu importante obra de cunho histórico: *História da Inglaterra*, publicada em seis volumes entre os anos 1754 e 1762. A finalidade política da *História* de Hume era romper com o mito do constitucionalismo antigo, objetivando promover a transição da sociedade inglesa para uma de feição civilizada, consoante assevera Duncan Forbes: *Hume's philosophical politics*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1975, p. 233-307.

<sup>68</sup> TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. A Huguenot Historian: Paul Rapin. In: SCOULOUDI, Irene. *Huguenots in Britain and Their French Background 1550-1800*. Contributions to the Historical Conference of the Huguenot Society of London, 24-25 September 1985. London: Macmillan, 1987, p. 17.

mesmo porque “[...] a liberdade antiga não era mais do que a liberdade dos poderosos para oprimir a maioria da população”<sup>69</sup>.

Após a publicação da obra de Paul Rapin Thoyras, os eruditos *tories* responderam aos *whigs* com a publicação, em 1747, do primeiro volume do livro *General History of England*, escrito pelo historiador Thomas Carte. Jacobita<sup>70</sup> atuante, Carte procurou demolir as argumentações *whigs* formuladas por Rapin com uma justificativa histórica em favor da causa dos Stuart. Para tanto, realizou uma extensa pesquisa, que seu oponente jamais efetuou<sup>71</sup>. Elaborando em sua *História* uma crítica ao trabalho do historiador francês, enfatizou que os monarcas ingleses detinham o direito natural de elaborar leis e instituir ou majorar tributos independentemente de qualquer assembleia popular<sup>72</sup>. Para ele, os reis tinham essas prerrogativas baseadas nos direitos divino e hereditário, sendo o sistema político hanoveriano uma perversão à lei fundamental<sup>73</sup>.

Todavia, a tentativa de produzir uma história completa da Inglaterra, que revelaria todas as lições políticas “corretas” do passado, foram desfeitas não só porque Carte não conseguiu finalizar sua obra, mas também porque ele não conseguiu fornecer uma alternativa válida à *História* de Rapin de Thoyras. Além de seu dogmatismo jacobita diminuir muito sua credibilidade<sup>74 75</sup>, sua obra também é eclesiástica e antiquária, com exaustiva documentação que dificulta a compreensão e interrompe a narrativa. Apesar de ter sido seu trabalho baseado em pesquisa, abrindo novos caminhos para a reconstrução histórica da Inglaterra, especialmente em relação ao período medieval<sup>76</sup>, em linhas gerais, a *História* de Carte seguiu o modelo de Brady, e, poucas décadas depois de sua edição, foi considerada desatualizada e desvalorizada<sup>77</sup>.

De notar que, em meados do século XVIII, a história na Grã-Bretanha continuava a ser vista como um ramo da literatura, estando a maioria dos historiadores ainda ligados ao modelo

---

<sup>69</sup> UJALDÓN, Enrique. Introducción. In: HUME, David. *Sobre el estudio de la historia y los Apéndices de la Historia de Inglaterra*. Madrid: Minerva Ediciones/Biblioteca Nueva, 2010, p. 25 e 32.

<sup>70</sup> Os *jacobitas* eram favoráveis à restauração, na Grã-Bretanha, do reinado da Casa de Stuart.

<sup>71</sup> OKIE, Laird. *Augustan Historical Writing: Histories of England in the English Enlightenment*. Lanham, Maryland: University Press of America, 1991, p. 138. Como lembra Laird Okie, Carte dizia que Rapin nunca havia consultado documentos oficiais ingleses, revistas do Parlamento ou manuscritos da Biblioteca Cotton. Para o autor, Rapin era um estrangeiro que não entendia nada da Inglaterra, “[...] exceto noções modernas que ele adquiriu em cafeterias”.

<sup>72</sup> DEW, Benjamin Richard. An Economic Turn?: Commerce and Finance in the Historical Writing of Paul de Rapin Thoyras, William Guthrie and David Hume. In: DEW, Ben; PRICE, Fiona (eds.). *Historical Writing in Britain, 1688-1830*. New York: Palgrave Macmillan, 2014, p. 138.

<sup>73</sup> OKIE, Laird. *Augustan Historical Writing: Histories of England in the English Enlightenment*. Lanham, Maryland: University Press of America, 1991, p. 135.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 135 e 147.

<sup>75</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 167. Philip Hicks observa que a percepção pelos leitores do partidarismo explícito de sua *História* representou uma acentuada queda nas vendas.

<sup>76</sup> O'BRIEN, Karen. The history market in Eighteenth-century England. In: RIVERS, Isabel (ed.). *Books and Their Readers in Eighteenth-century England: New Essays*. London/New York: Continuum, 2001, p. 112.

<sup>77</sup> HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996, p. 167-169.

clássico. Nesse período, a história nas Ilhas Britânicas se torna menos institucionalizada e menos vinculada à Coroa, à Igreja e às universidades. A exceção eram os *colleges* escoceses onde a história fazia parte da grade curricular e, ressaltando Hume, muitos historiadores importantes, como William Robertson<sup>78</sup> e John Millar<sup>79</sup>, eram professores<sup>80</sup>. Nos setecentos, a maioria dos historiadores britânicos não eram historiadores profissionais nem homens de Estado, como Bacon<sup>81</sup> e Clarendon haviam sido nos séculos XVI e XVII: eles adotaram a característica de homens de letras, na maioria nobres estudiosos independentes, como Gibbon<sup>82</sup>. Uma exceção a esse seletivo grupo de historiadores majoritariamente do sexo masculino foi Catharine Macaulay<sup>83</sup>. Primeira mulher historiadora da Inglaterra e, durante a sua vida, a única historiadora conhecida, Catharine Macaulay publicou entre os anos 1763 e 1783 a sua principal obra em oito volumes: *The History of England from the Accession of James I to that of the Brunswick Line*.

Seguidora do grupo radical denominado *old whigs*<sup>84</sup> – cuja visão era baseada em pensamentos de escritores do século XVII, como Locke, Harrington e Milton<sup>85</sup>, e na censura à aristocracia *whig* por ter se desviado dos princípios anteriormente defendidos por essa facção partidária<sup>86</sup> –, Catharine Macaulay elaborou sua *História* para difundir a concepção *whig* republicana e propalar a crítica radical da Revolução de 1688, segundo a qual esse movimento não fora longe o suficiente para efetivar realmente a soberania do povo e garantir sua liberdade. Em sua opinião, a Inglaterra

<sup>78</sup> Historiador e teólogo, William Robertson (1721-1793) foi um iluminista escocês que utilizou as ferramentas críticas do Iluminismo para fortalecer o presbiterianismo calvinista. Como historiador, ajudou a moldar a historiografia britânica do século XVIII.

<sup>79</sup> Discípulo de Adam Smith, John Millar (1735-1801) foi um filósofo e historiador iluminista escocês, tendo introduzido na história o conceito de luta de classes. Millar adotou o modelo de história social para analisar as relações de autoridade, sendo um dos primeiros historiadores a abordar as histórias das mulheres e do sexo.

<sup>80</sup> O'BRIEN, Karen. The history market in Eighteenth-century England. In: RIVERS, Isabel (ed.). *Books and Their Readers in Eighteenth-century England: New Essays*. London/New York: Continuum, 2001, p. 108.

<sup>81</sup> Francis Bacon (1561-1626) foi conselheiro da rainha Elizabeth I entre os anos 1597-1603. Em 1607, foi nomeado Procurador-Geral pelo rei Jaime I, exercendo funções de Estado até 1621, quando foi condenado por corrupção e proibido pelo Parlamento de ocupar cargos públicos e ter assento em uma de suas Casas (Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns). Além de filósofo e jurista, Bacon escreveu, em 1621, uma obra histórica intitulada *The History of the Reign of King Henry the Seventh*.

<sup>82</sup> Edward Gibbon (1737-1794) foi um historiador iluminista inglês, autor da célebre obra *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1789), com 6 volumes, que cobre um vasto período (180 a 1453). Apesar das críticas motivadas principalmente por sua visão nacionalista, moralizante e deísta, sua obra contém uma rígida estrutura narrativa, excelente estilo literário, vasta erudição e fonte histórica ampla e densa, servindo de modelo para futuros historiadores.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 108-109.

<sup>84</sup> Os *old whigs* eram também chamados *commonwealthmen*, *true whigs*, *real whigs* e *honest whigs*: SCHNORRENBERG, Barbara Brandon. *An opportunity missed: Catherine Macaulay on the Revolution of 1688*. Studies in Eighteenth-Century Culture, Buffalo, NY, v. 20, 1991, p. 231; POCOCK, John Greville Agard. Catharine Macaulay: patriot historian. In: Smith, Hilda L. *Women Writers and the Early Modern British Political Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 245.

<sup>85</sup> SCHNORRENBERG, Barbara Brandon. *An opportunity missed: Catherine Macaulay on the Revolution of 1688*. Studies in Eighteenth-Century Culture, Buffalo, NY, v. 20, 1991, p. 231.

<sup>86</sup> POCOCK, John Greville Agard. Catharine Macaulay: patriot historian. In: Smith, Hilda L. *Women Writers and the Early Modern British Political Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 245; HICKS, Michael A. *Bastard Feudalism*. New York: Routledge, 2013, p. 171.

havia perdido a oportunidade de instaurar um regime onde os poderes e privilégios da Coroa fossem, de fato, limitados. Para ela, a responsabilidade pelos fracassos da Revolução Gloriosa deveria ser atribuída a Guilherme de Orange que atuou de forma desonesta e desinteressada, reftreando reivindicações libertárias para favorecer suas próprias ambições de poder, erigindo, em consequência, um sistema político vicioso que impedia que o Parlamento se tornasse verdadeiramente autônomo e soberano. Na sua ótica, os ministérios *whigs* haviam se aliado com a Coroa para ceifar a independência parlamentar através de um esquema de corrupção mais nocivo do que o despotismo dos Stuart. Como os demais radicais, Catharine Macaulay não considerava a constituição britânica de seu tempo perfeita pois a cidadania ativa era impossível de se exercer plenamente. Ela acreditava que o governo de Jorge III ameaçava abolir a liberdade política, razão por que recorreu à história para revivê-la<sup>87</sup> e apoiar seus pontos de vista republicanos<sup>88</sup>.

Catharine Macaulay também objetivou com sua escrita refutar as interpretações históricas sobre os eventos políticos do século XVII elaboradas por Hume, que, segundo ela, parecia aceitar com impassibilidade o poder da monarquia e a forma de governo estabelecida pós-1688. Seu trabalho desponta como uma forma de enfrentamento às abordagens consideradas como *tories*. Por isso, a recepção da *História* de Catharine Macaulay entre as divisões *whigs* foi positiva, visto que seus membros viram sua obra como uma resposta às críticas de Hume aos líderes parlamentares do século XVII<sup>89</sup>. Ao contrário do moderado Hume, Catharine Macaulay era uma republicana radical que defendia a efetiva participação do povo inglês no governo. Seu trabalho, abrangente e antimonarquista, se concentrou no período dos Stuarts, que ela definia como uma época de intensa luta dos ingleses pela liberdade. Para Catharine Macaulay, quando um rei se torna tirano, deve perder o direito de governar, como foi o caso de Carlos I e Jaime II, pois nenhum poder deve se concentrar exclusivamente nas mãos de um rei, muito menos nas de um absolutista, mas ser compartilhado com o Legislativo e equilibrado por um sistema de freios e contrapesos. Segundo Catharine Macaulay, a obediência passiva dos cidadãos aos Stuarts levaria ao crescimento da injustiça e da anarquia<sup>90</sup>. O Estado de Direito para ela era essencial para a funcionalidade do sistema político e a garantia da ordem jurídica, pois restringia os privilégios e abusos do Executivo, justificando até mesmo o regicídio<sup>91</sup>. De acordo com a historiadora, o ápice dos direitos e liberdades

---

<sup>87</sup> HICKS, Michael A. *Bastard Feudalism*. New York: Routledge, 2013, p. 171.

<sup>88</sup> SCHNORRENBERG, Barbara Brandon. *An opportunity missed: Catherine Macaulay on the Revolution of 1688*. *Studies in Eighteenth-Century Culture*, Buffalo, NY, v. 20, 1991, p. 234-238.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 232.

<sup>90</sup> GREEN, Karen. Liberty and virtue in Catherine Macaulay's Enlightenment Philosophy. *Intellectual History Review*, International Society for Intellectual History, 22:3, 2012, p. 423.

<sup>91</sup> THOMAS, Lisa. *Catharine Macaulay and the Liberal and Republican Origins of American Public Administration*. Thesis (Doctor of Philosophy) – Cleveland State University, 2008, p. 14.

constitucionais na Inglaterra não havia sido a época da Revolução de 1688, mas o período republicano de 1651 a 1653, no qual a liberdade atingiu seu maior nível.

Na Introdução do primeiro volume de sua *História*, Catharine Macaulay apresenta seus ideais republicanos, caracterizando a liberdade como valor republicano primordial. Seguindo as noções republicanas clássicas, ela reconstrói um modelo republicano de liberdade como sinônimo de autonomia de vontade e de não dominação, ou seja, como direito conferido às pessoas de agir e seguir o desígnio de suas consciências e convicções, não se sujeitando a qualquer limitação, coação ou ingerência do poder arbitrário ou irrestrito. Segundo a historiadora inglesa, haveria uma relação entre liberdade e virtude, pois o apreço à liberdade, que se encontra latente em todo ser humano, só perdura quando não é cindida pelo preconceito e pelo vício, que são o oposto da virtude. De acordo com Catharine Macaulay, a efetividade da liberdade só ocorre quando há cooperação entre as pessoas e uma forte base social de apoio, posto que a liberdade é um ideal eminentemente social, sendo a lei seu instrumento garantidor. Para sustentar esse compromisso é preciso virtude, tanto para identificar as leis que refletem o bem comum e asseguram um Estado de Direito, quanto para defender esse ideal, visto que o poder arbitrário não atua em prol do interesse coletivo e é incompatível com a noção de liberdade<sup>92</sup>. Catharine Macaulay compreende a república como uma comunidade de virtude, sendo seu escopo manter o alto nível de virtude pública. Ela considerava a virtude cívica como um valor fundamental para o exercício da política, pois apenas como pessoas moralmente livres podemos participar da vida pública com autonomia e autodeterminação<sup>93</sup>.

Além de resgatar a noção de liberdade do pensamento republicano clássico, Catharine Macaulay restaura a ideia de pacto social advinda do constitucionalismo antigo. Utilizando os eventos revolucionários do século XVII como o objeto histórico para propalar o ideal republicano, projetando-o para o futuro, Catharine Macaulay regenera os princípios *whigs* rejeitados pelos oponentes, configurando a liberdade inglesa como uma identidade coletiva. Concebendo sua *História* como uma narrativa moral, ela encontra no passado o modelo de pessoas com aptidão para alterar a sociedade. Catharine Macaulay toma como exemplo os patriotas ingleses que, no século XVII, lutaram em defesa da liberdade contra os reis absolutistas<sup>94</sup>. Em sua *História*, ela traça um relato dos principais acontecimentos políticos ocorridos na Inglaterra entre os anos 1625-1714 – como a Guerra Civil de 1642-1649, a Restauração de 1660 e a Revolução de 1688 – e faz uma

<sup>92</sup> COFFEE, Alan M.S.J. Catharine Macaulay's republican conception of social and political liberty. *Political Studies*, Wiley-Blackwell, v. 65(4), dec. 2017, p. 1-16.

<sup>93</sup> POCOCK, John Greville Agard. Catharine Macaulay: patriot historian. In: Smith, Hilda L. *Women Writers and the Early Modern British Political Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 247 e 249.

<sup>94</sup> DENDENA, Francesco. Histoire républicaine et conscience révolutionnaire: les enjeux politiques de la traduction de l'Histoire d'Angleterre de Catherine Macaulay. *La Révolution française, Cahier de l'Institut Historique de la Révolution française*, Paris n. 5, déc. 2013, p. 1-17.



análise das ações dos líderes desses eventos seiscentistas, explicando quais foram seus motivos e inspirações políticas. Ela também retrata várias heroínas patriotas, reconstruindo seus papéis políticos nesses episódios<sup>95</sup>.

Sua *História* foi fruto de extensa pesquisa a arquivos e bibliotecas, inclusive à Biblioteca Britânica e ao Museu Britânico. Seu trabalho recebeu elogios de historiadores em seu tempo, tendo as vendas de seu livro ultrapassado as fronteiras britânicas, alcançando principalmente leitores franceses e americanos<sup>96</sup>. Sua fama e notoriedade foram conquistadas principalmente em razão da interpretação republicana dada aos principais acontecimentos do século XVII inglês, tendo sua escrita influenciado revolucionários franceses e americanos com suas ideias de liberdade e de república. Mas Catharine Macaulay foi também uma escritora talentosa e ousada<sup>97</sup>, tendo sua habilidade com a escrita lhe proporcionado riqueza, e seu ativismo político e autoria feminista atraído a ira de críticos como Edmundo Burke, que a chamou de amazona e republicana virago<sup>98</sup>. Tais ofensas foram dirigidas à Catharine Macaulay principalmente por ela imiscuir-se em atividades exercidas quase exclusivamente por homens que, em geral, abominavam a presença de mulheres no ofício da história, no engajamento político e dotada de erudição<sup>99</sup>.

Apesar disso, Catharine Macaulay aderiu ao modelo tradicional da historiografia masculina, reduzindo sua abordagem à política e à guerra<sup>100</sup>. Seu ideal de cidadania, inclusive, era calcado no homem greco-romano escravocrata, guerreiro e patriarcal<sup>101</sup>. Comparativamente à *História* de David Hume, Catharine Macaulay é menos inovadora, visto adotar um modelo historiográfico humanista eminentemente político, focando-se nos “[...] triunfos da virtude cívica na Inglaterra e análise de sua corrupção”<sup>102</sup>. Já Hume emprega um modelo mais complexo e sofisticado, ampliando sua abordagem para além da política, explicando a evolução da modernidade inglesa sob o ponto de vista das mudanças geradas na economia, no direito, nas ideias, nos costumes.

Cabe assinalar que, no século XVIII, os historiadores britânicos ainda continuaram a ter como foco de seus trabalhos o movimento revolucionário seiscentista inglês. Em geral, os historiadores *whigs*, de tradição liberal, afirmavam que os conflitos político-militares seiscentistas teriam sido conduzidos pelos representantes do Parlamento contra o absolutismo da Casa de Stuart

---

<sup>95</sup> HICKS, Michael A. *Bastard Feudalism*. New York: Routledge, 2013, p. 174.

<sup>96</sup> LOOSER, Devoney. *Catharine Macaulay: The 'Female Historian' in Context*. Études Épistémè, Revue de littérature et de civilisation (XVIe–XVIIIe siècles), v. 17, 2010, p. 108.

<sup>97</sup> FOX, Claire Gilbride. *Catharine Macaulay, an eighteenth-century clio*. Winterthur Portfolio, University of Chicago Press, v. 4, 1968, p. 131.

<sup>98</sup> HICKS, Michael A. *Bastard Feudalism*. New York: Routledge, 2013, p. 171-172.

<sup>99</sup> HILL, Bridget. *The republican virago: the life and times of Catharine Macaulay*. Historian. New York: Oxford University Press, 1992, *passim*.

<sup>100</sup> HICKS, Michael A. *Bastard Feudalism*. New York: Routledge, 2013, p. 187.

<sup>101</sup> POCOCK, John Greville Agard. *Catharine Macaulay: patriot historian*. In: Smith, Hilda L. *Women Writers and the Early Modern British Political Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 249.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 253-254.

em defesa dos direitos e garantias consagrados na antiga constituição costumeira inglesa, que prescrevia liberdades individuais e de propriedade. Já os historiadores *tories*, de tradição conservadora, sustentavam que o processo revolucionário inglês teria sido comandado pelos comerciantes burgueses, com forte representação na Câmara dos Comuns, em face do monarca que protegia as camadas populares impedindo o avanço dos interesses capitalistas.

Dentre os que se opunham a essas versões, despontava o filósofo iluminista escocês David Hume, autor da obra *História da Inglaterra: da invasão de Júlio César à Revolução de 1688*, que salientava que as interpretações históricas rivais eram equivocadas<sup>103</sup>, posto que as liberdades britânicas resultavam de institutos novos advindos da Revolução Gloriosa e não de uma antiga constituição. Para ele, não havia evidência no antigo sistema jurídico inglês dessas *liberdades*, que “[...] nada mais eram que catálogos de privilégios especiais impostos a reis com disposição despótica por grupos de senhores feudais ávidos por poder”<sup>104</sup>, e que, a despeito dessas limitações, a concentração de poder nas mãos da realeza inglesa teve início bem antes de Jaime I, ampliando rapidamente até atingir proporções absolutistas análogas as dos demais déspotas europeus da Idade Moderna. Assim, além de procurar suplantiar as visões históricas polarizadas das facções partidárias inglesas, Hume também buscou retratar em sua *História* as lutas entre a liberdade e autoridade, enfatizando o desenvolvimento da liberdade na Inglaterra.

Apesar das objeções formuladas por Hume, a perspectiva *whig* prevaleceu até meados do século XX, realçando o caráter progressista da Revolução Gloriosa e identificando o interesse capitalista com o interesse nacional<sup>105</sup>. A Guerra Civil de 1642-1649 também é vista como um evento crucial nesse processo de luta por maior liberdade política, religiosa e econômica: o atrito entre os realistas e os defensores da liberdade e do controle da monarquia produz o conflito. Entre os historiadores seguidores dessa vertente, que evidenciaram, majoritariamente, os aspectos políticos, constitucionais e religiosos desses eventos, sobressaem Thomas Babington Macaulay, Samuel Rawson Gardiner e George Macaulay Trevelyan, que deu continuidade à concepção dessa corrente no século XX. Entretanto, ao longo do século XVIII, a historiografia britânica evolui de uma história eminentemente política para uma história que também incorpora, ainda que timidamente, outros temas: civis, econômicos, sociais, culturais. Muito dessa abertura temática se

<sup>103</sup> David Hume era um intelectual de posição política moderada que apresentava uma visão a favor da governabilidade e estabilidade política. Para resguardar sua independência intelectual, se eximia de tomar partido entre essas facções *whig* e *tory*. Por ter trabalhado em órgãos diplomáticos britânicos e ter atuado em vários campos do saber, como a filosofia, a ciência política e a história, pôde compreender e perceber melhor as manobras políticas dessas facções, o que lhe permitiu se desviar das interpretações e ilações fantasiosas dos historiadores partidários do final do século XVII e XVIII.

<sup>104</sup> HAAKONSEN, Knud (org). Introdução. In: HUME, David. *Ensaio Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. XX.

<sup>105</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. Perspectivas da Revolução Inglesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, 1984, p. 122.

deve aos historiadores escoceses, como Hume, que introduziram novos temas e abordagens à história das Ilhas Britânicas, como a evolução de seus sistemas jurídicos, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a história das ideias, da família e dos costumes. Contudo, ao final desse século e início do século XIX a história na Grã-Bretanha passa a ser romanceada, incorporando elementos bibliográficos, epistolar e formas ficcionais<sup>106</sup>. Tal romanceamento também reforçou o apelo nacionalista, conduzindo a uma busca pelas origens identitária britânicas, especialmente relacionadas aos períodos medieval e antigo.

## Referências bibliográficas

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Perspectivas da Revolução Inglesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, 1984.

BRADY, Robert. *A Complete History of England, from the First Entrance of the Romans... Unto the End of the Reign of King Henry III*. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=A4sxAQAAMAAJ&printsec=frontcover&dq=A+Complete+History+of+England,+from+the+First+Entrance+of+the+Romans+Robert+Brady&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj4Sk8-TdAhXLE5AKHQ\\_eC5wQ6AEIJzAA#v=onepage&q=A%20Complete%20History%20of%20England%20from%20the%20First%20Entrance%20of%20the%20Romans%20Robert%20Brady&f=false](https://books.google.com.br/books?id=A4sxAQAAMAAJ&printsec=frontcover&dq=A+Complete+History+of+England,+from+the+First+Entrance+of+the+Romans+Robert+Brady&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj4Sk8-TdAhXLE5AKHQ_eC5wQ6AEIJzAA#v=onepage&q=A%20Complete%20History%20of%20England%20from%20the%20First%20Entrance%20of%20the%20Romans%20Robert%20Brady&f=false)>. Acesso em: 27/02/2021.

CALAINHO, Daniela Buono. *História Medieval do Ocidente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARTE, Thomas. *General History of England*, vol. 1. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=MDAjaQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=MDAjaQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 01/10/2018.

COFFEE, Alan M.S.J. Catharine Macaulay's republican conception of social and political liberty. *Political Studies*, Wiley-Blackwell, v. 65(4), dec. 2017.

DENDENA, Francesco. Histoire républicaine et conscience révolutionnaire: les enjeux politiques de la traduction de l'Histoire d'Angleterre de Catherine Macaulay. *La Révolution française, Cahier de l'Institut Historique de la Révolution française*, Paris n. 5, déc. 2013.

DEW, Benjamin Richard. An Economic Turn?: Commerce and Finance in the Historical Writing of Paul de Rapin Thoyras, William Guthrie and David Hume. In: DEW, Ben; PRICE, Fiona (eds.). *Historical Writing in Britain, 1688-1830*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

\_\_\_\_\_. *Commerce, Finance, and Statecraft: Histories of England, 1600-1780*. Manchester: Manchester University Press, 2018.

ECHARD, Laurence. *The History of England: from the first entrance of Julius Caesar and the Romans to the end of the reign of King James the first containing the space of 1678 years*. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=F4FcAAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=inauthor:%22Laurence+Echard%22&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj4Sk8-TdAhWI-H5AKHYL5BNgQ6AEIPDAD#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 30/02/2021.

<sup>106</sup> O'BRIEN, Karen. The history market in Eighteenth-century England. In: RIVERS, Isabel (ed.). *Books and Their Readers in Eighteenth-century England: New Essays*. London/New York: Continuum, 2001, p. 109.

- FINLAYSON, Michael. Clarendon, providence and the historical Revolution. *Albion: Quarterly Journal Concerned with British Studies*, v. 22, n. 4, 1990.
- FIRTH, C. H. Clarendon's 'History of the Rebellion': Part I, The Original History. *The English Historical Review*, v. XIX, issue LXXIII, 1, jan. 1904.
- FORBES, Duncan. *Hume's philosophical politics*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1975.
- FOX, Claire Gilbride. Catharine Macaulay, an eighteenth-century clio. *Wintertur Portfolio*, University of Chicago Press, v. 4, 1968.
- GREEN, Karen. Liberty and virtue in Catherine Macaulay's Enlightenment Philosophy. *Intellectual History Review*, International Society for Intellectual History, 22:3, 2012.
- GUNN, John Alexander Wilson. *Beyond Liberty and Property: The Process of Self-Recognition in Eighteenth-Century Political Thought*. Kingston/Montreal (Canada): McGill-Queen's University Press, 1983.
- HICKS, Michael A. *Bastard Feudalism*. New York: Routledge, 2013.
- HICKS, Philip Stephen. *Neoclassical history and English culture: from Clarendon to Hume*. Basingstoke (UK): Macmillan, 1996.
- HILL, Bridget. *The republican virago: the life and times of Catharine Macaulay*. Historian. New York: Oxford University Press, 1992.
- HILL, John Edward Christopher. *Puritanism and Revolution: Studies in Interpretation of the English Revolution of the 17th Century*. New York: St. Martin 's Press, 1997.
- HYDE, Edward (Earl of Clarendon). *History of the Rebellion and Civil Wars in England*. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=e-cNAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=e-cNAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 25/02/2021.
- HAAKONSSSEN, Knud (org). Introdução. In: HUME, David. *Ensaio Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUME, David. *The History of England, from the invasion of Julius Caesar to the 1688 revolution*, 6 vols. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.
- KENNETT, White et al. *A complete history of England*. Disponível em: <<https://archive.org/details/completehistoryo0306kenn/page/n3>>. Acesso em: 01/02/2021.
- KENYON, John Philipps. *Revolution principles: the politics of party, 1689-1720*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1977.
- LEVINE, Joseph M. *The battle of the books: History and Literature in the Augustan Age*. Ithaca (New York/London): Cornell University Press, 1991.
- LOOSER, Devoney. Catharine Macaulay: The 'Female Historian' in Context. *Études Épistémè*, Revue de littérature et de civilisation (XVIe–XVIIIe siècles), v. 17, 2010.
- MACGILLIVRAY, Royce. *Restoration Historians and the English Civil War*. The Hague (Netherlands): Martinus Nijhoff, 1974.
- MACAULAY, Catharine. *The History of England from the Accession of James I to that of the Brunswick Line*. Disponível em: <<https://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupname?key=Macaulay,%20Catharine,%201731-1791>>. Acesso em: 25/02/2021.
- MARSHALL, Ashley. *Swift and History: Politics and the English Past*. Cambridge (UK): Cambridge, 2015.

MAUAD, Ana Maria; GRINBERG, Lucia. *Teoria da História*, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

O'BRIEN, Karen. The history market in Eighteenth-century England. In: RIVERS, Isabel (ed.). *Books and Their Readers in Eighteenth-century England: New Essays*. London/New York: Continuum, 2001.

OKIE, Laird. *Augustan Historical Writing: Histories of England in the English Enlightenment*. Lanham, Maryland: University Press of America, 1991.

POCOCK, John Greville Agard. *Catharine Macaulay: patriot historian*. In: Smith, Hilda L. *Women Writers and the Early Modern British Political Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. *El momento maquiavélico*. El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Madrid: Tecnos, 2016.

\_\_\_\_\_. *La Ancient Constitution y el derecho feudal*. Madrid: Editorial Tecnos, 2011.

\_\_\_\_\_. Robert Brady, 1627-1700. A Cambridge Historian of the Restoration. *Cambridge Historical Journal*, Cambridge University Press, v. 10, n. 2, 1951.

RABB, Theodore. Clarendon: Historian of the English Civil War. *The Washington Post*, 3 Apr 1988. Disponível em:

<[https://www.washingtonpost.com/archive/entertainment/books/1988/04/03/clarendon-historian-of-the-english-civil-war/8eaeec57-f2c5-49c7-a284-8a3bff8513eb/?noredirect=on&utm\\_term=.d3eeb167902f](https://www.washingtonpost.com/archive/entertainment/books/1988/04/03/clarendon-historian-of-the-english-civil-war/8eaeec57-f2c5-49c7-a284-8a3bff8513eb/?noredirect=on&utm_term=.d3eeb167902f)>. Acesso em: 19/02/2021.

RICHARDSON, Roger Charles. *The Debate on the English Revolution*. Manchester (UK): Manchester University Press, 1998.

ROMMELSE, Gijs. *Ideology and Foreign Policy in Early Modern Europe (1650-1750)*. Farnham (UK): Ashgate, 2011.

ROSE, Jacqueline. Robert Brady's intellectual history and royalist antipopy in Restoration England. *The English Historical Review*, Oxford University Press, v. 122, n. 499, dec., 2007.

SCHNORRENBERG, Barbara Brandon. *An opportunity missed: Catherine Macaulay on the Revolution of 1688*. Studies in Eighteenth-Century Culture, Buffalo, NY, v. 20, 1991.

STEPHAN, Deborah. Laurence Echard – Whig Historian. *The Historical Journal*, Cambridge University Press, v. 32, issue 04, dec. 1989.

SULLIVAN, M. G. Rapin, Hume and the identity of the historian in eighteenth century England. *History of European Ideas, St Andrews Institute of Intellectual History Lectures*, v. 28, 2002.

THOMAS, Lisa. *Catharine Macaulay and the Liberal and Republican Origins of American Public Administration*. Thesis (Doctor of Philosophy) – Cleveland State University, 2008.

THOYRAS, Paul de Rapin. *Histoire D' Angleterre*, vol. 1 Disponível em:

<[https://archive.org/details/histoire\\_angleterre\\_tome1](https://archive.org/details/histoire_angleterre_tome1)>. Acesso em: 21/02/2021

TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. A Huguenot Historian: Paul Rapin. In: SCOULOUDI, Irene. *Huguenots in Britain and Their French Background 1550-1800*. Contributions to the Historical Conference of the Huguenot Society of London, 24-25 September 1985. London: Macmillan, 1987.

TYRRELL, James. *The General History of England, both Ecclesiastical and Civil*. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=gh1DAAAACAAJ&printsec=frontcover&dq=The+General+History+of+England,+both+Ecclesiastical+and+Civil&hl=pt-BR&sa=>

X&ved=0ahUKEwidz5je9OTdAhVEIjAKHVN9CCUQ6AEIKjAA#v=onepage&q='The%20General%20History%20of%20England%20both%20Ecclesiastical%20and%20Civil&f=false'. Acesso em: 02/02/2021.

UJALDÓN, Enrique. Introducción. In: HUME, David. *Sobre el estudio de la historia y los Apéndices de la Historia de Inglaterra*. Madrid: Minerva Ediciones/Biblioteca Nueva, 2010.

Recebido em: 15.11.2021  
Aprovado em: 15.05.2022

"Assim, é possível considerar a 'literatura' como um construto social pautado na incorporação de valores, subjetividades e, sobretudo, localizada historicamente no espaço-tempo de acordo com suas condições materiais de produção, eliminando qualquer devir idealista de defini-la como sendo uma manifestação artística à parte da sociedade, ou mesmo enquanto produto único e exclusivo das mentes brilhantes das autoras e autores que a produziram."

**Hayanne P. Grangeiro e Luan Morais**

---